

REGULAMENTAÇÃO OFICIALIZADA

Novas regras para as redes sociais

Decretos assinados por Lula também preveem fiscalização das big techs por agência de proteção

O presidente Lula assinou nesta quarta-feira dois decretos sobre redes sociais, regulamentando regras fixadas em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e definindo uma agência ligada ao governo para fiscalizar essas obrigações.

As normas que aumentam a possibilidade de punição das big techs por conteúdos veiculados por terceiros já valiam desde que essa responsabilidade foi estabelecida pelo Supremo em 2025, mas não havia um órgão específico responsável por fiscalizar essas regras de modo amplo.

Há ainda recursos pendentes de análise pela corte. E, na ocasião do julgamento, o STF fez um apelo para que o Congresso legislasse sobre o assunto.

Um dos decretos de Lula é a atualização de outro de 2016, relacionado ao Marco Civil da Internet. O segundo texto trata especificamente do combate à misoginia e à violência contra a mulher no ambiente digital.

Diferentemente de projetos de lei, decretos não precisam passar pela aprovação do Legislativo.

Entre as previsões fixadas agora por Lula está a de atribuir à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), vinculada ao Ministério da Justiça, a responsabilidade por fiscalizar se as plataformas estão cumprindo as regras impostas pela corte. Com isso, a agência passa a ser um órgão regulador de redes digitais de modo mais amplo.

A decisão do STF no ano passado já abria margem para ações judiciais sobre a responsabilização das big techs, mas que tendiam a envolver casos individuais – enquanto parte da decisão da corte se referia a punições por "falhas sistêmicas". A análise sobre esse tipo de infração depende de mais dados, e a ANPD deverá analisar, por exemplo, relatórios das plataformas.

Entre as punições previstas no Marco Civil da Internet – e que a ANPD passaria a poder aplicar, quando houver infrações que não seriam de competência judicial –, estão multa de até 10% do faturamento do grupo, suspensão e proibição de atividade.

O prazo para que os decretos entrem em vigor deverá ser de 60

dias. A íntegra dos textos estava prevista para ser publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira. Eles foram assinados por Lula na cerimônia dos 100 dias do Pacto Nacional Brasil Contra o Femicídio.

A ANPD passou a ter uma nova estrutura, com mais servidores, e foi transformado em agência reguladora, com previsão legal de autonomia decisória e financeira. Os diretores que compõem o órgão são nomeados pela Presidência para mandatos fixos e passam por sabatina no Senado.

No ano passado, o STF julgou a constitucionalidade de parte do

Marco Civil da Internet, lei aprovada em 2014 segundo a qual as redes sociais só estavam sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiro se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantivessem um conteúdo no ar.

ECA Digital

Órgão inicialmente responsável apenas por supervisionar a legislação sobre dados pessoais, a ANPD passou a acumular também a atribuição de monitorar o ECA Digital, lei que entrou em vigor em março deste ano e definiu obrigações relacionadas a crianças e adolescentes para as plataformas (*Da Folhapress*).

MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA
EM BRASÍLIA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 90006/2026 UASG 787010

Data da Abertura da sessão pública: 8 de junho de 2026, às 10h.
Local: sítio www.gov.br/compras
Encaminhamento da Proposta e Anexos: a partir da data de divulgação do Edital no PNCP até a data e horário da abertura da sessão pública.
Objeto: Contratação de serviços contínuos de ajudante de cozinha

BRUNO SANTA RITA MOREIRA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico TSE n.º 90015/2026

N.º Processo: 15005-0/2024. Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU de 13/05/2026. Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento, evolução, suporte, monitoramento e expansão dos aplicativos móveis multiplataforma disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO PREGÃO
N.º 90010/2026

A Agência Nacional de Mineração divulga a abertura do Pregão n.º 90010/2026, aquisição de 62 GNSS portáteis (tipo GPS) com acessórios compatíveis e 62 inversores de tensão veicular, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, disponibilizados nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos> e <http://www.gov.br/compras>.

Abertura prevista para 16/06/2026, às 10:00

Brasília, 19 de maio de 2026
Jéssika Soares dos Santos Raimundo
Pregoeira

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: *<https://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 90018/2026

Processo n.º 00001-00038034/2025-13. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de estudo técnico, projetos básicos e projetos executivos de engenharia e arquitetura voltados à ampliação e modernização do Centro de Processamento de Dados (CPD), de acordo com as melhores práticas e as normas internacionais específicas de datacenter, incluindo a TIA 942 (regula as instalações de centros de processamento de dados), com desenvolvimento, concepção e elaboração para futura implantação na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital. Valor estimado: R\$ 130.753,58. Data/hora da Sessão Pública: 08/06/2026, às 09:30h. Local: www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: Menor Preço. O edital encontra-se em: www.gov.br/compras (UASG 974004), pnpc.gov.br e www.cl.df.gov.br/pregoes. Mais informações: (61) 3348-8650 ou cpc@cl.df.gov.br.

DIRCEU FALCÃO DA MOTA NETO
Pregoeiro

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - ESMPU

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 90002/2026

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em fornecer, sob demanda, junto à Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), nos moldes do preconizado na legislação pertinente, serviços continuados de infraestrutura e apoio logístico, compreendendo hospedagem, logística para eventos, transporte, locação de salas, auditórios e outros correlatos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Locais para aquisição do Edital: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou <https://escola.mpu.mp.br/transparencia/licitacoes/pregao-eletronico/pregao-eletronico-2026>. Entrega das propostas a partir de 18/05/2026, às 08h00, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>. Abertura: 29/05/2026, às 14:00 horas - horário de Brasília. Tipo: menor preço global. (UASG 200234). FLAVIA ESTEFÂNIA BORGES TEGOSHI. Chefe da Central de Licitações e Cotações Eletrônicas e Pregoeira da ESMPU.

Flavia Estefania Borges Tegoshi
Chefe da Central de Licitações e Cotações Eletrônicas

telebras

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO N.º TLB-AVI-2026/00009
Pregão Eletrônico n.º 90009/2026 -TB

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 90009/2026 -TB, Processo n.º TLB-PRO-2025/06238, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Copeiragem e Garçonaria, com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios de copa, para atender as necessidades da Telebras, mediante o fornecimento de mão de obra exclusiva, com abertura marcada para o dia 03/06/2026, às 10:00 horas, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O edital poderá ser consultado e obtido no sítio da TELEBRAS, www.telebras.com.br, no Comprasnet, www.comprasnet.gov.br, e no Edifício Sede da TELEBRAS, SIG Quadra 04 - Bl. 'A' - Salas 201 a 224 - Edifício Capital Financial Center - Brasília / DF, telefone: (61) 2027-1316.

Brasília, 15 de maio de 2026
FERNANDA AYRES JARDIM ELIAS
Gerente
Gerência de Compras e Contratos

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 90004/2026 - UASG 370003

N.º Processo: 00190.111241/2024-79. Objeto: Registro de Preços para contratação de solução de backup/recovery, incluindo licenças perpétuas para backup on-premises e subscrição SaaS para backup do Microsoft 365, com implantação, repasse de conhecimento, suporte técnico e direito de atualização por 60 (sessenta) meses, com o objetivo de atender às demandas relacionadas à proteção de dados, continuidade dos serviços de TI e recuperação de desastres da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência 103/2025 (anexo do Edital).

Total de itens licitados: 4.

Edital: 21/05/2026 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Endereço: Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Bloco A, Lotes 9 e 10, Ed. Multibrasil, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou Pregão Eletrônico n.º 90004/2026 — Controladoria-Geral da União (www.gov.br).

Entrega das propostas: a partir de 21/05/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras.

Abertura das propostas: 08/06/2026 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

João Paulo Machado Gonçalves
Coordenador de Licitações